

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 757 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1998

Senado aprova 11 matérias na semana

PLENÁRIO

Prazo para propor ação trabalhista pode cair

Os senadores votam na quarta-feira emenda constitucional, do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que estende aos trabalhadores rurais o prazo de cinco anos exigido para os assalariados urbanos proporem ações

trabalhistas. Hoje, não há prazo prescricional para os trabalhadores rurais. Contra a proposta, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) argumenta que não se pode tratar igualmente a realidade do campo e da cidade.

PÁGINA 3



Cabral deplora a ação dos que constroem sistemas de exclusão

SEMINÁRIO

Em debate, os direitos humanos na globalização

José Fogaça (PMDB-RS) conclamou o país a tirar proveito da globalização, ao participar de seminário promovido pelo Senado. Bernardo Cabral (PFL-AM) debateu os direitos humanos na era da globalização. E Emília Fernandes (PDT-RS) sugeriu "globalizar" a solidariedade.

PÁGINA 6

Dutra sugere fim de reeleição para prefeitos

PÁGINA 8

Entre as principais decisões estão a limitação dos gastos das câmaras municipais e a autorização de financiamento ao gasoduto Bolívia-Brasil

PRINCIPAIS MATÉRIAS APROVADAS NA SEMANA

Limitação de gastos com câmaras de vereadores

Financiamentos externos para:

• Gasoduto Bolívia-Brasil	US\$ 60 milhões
• Rodovia Fernão Dias	US\$ 180 milhões
• Programas de Saúde	US\$ 265 milhões
• Sistema de Vigilância em Saúde	US\$ 100 milhões

Operações de crédito para:

- Ajuste Fiscal do Espírito Santo
- Instituto de Previdência de Santa Catarina

A emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores e as autorizações de empréstimos destinados à construção do gasoduto Bolívia-Brasil e à duplicação da rodovia Fernão Dias estão entre as 11 matérias aprovadas nesta semana pelo Senado. Votada em primeiro turno, a proposta de redução das despesas das câmaras municipais voltará à pauta na quinta-feira da próxima semana, para o primeiro dos três dias de discussão em segundo turno. Foram aprovados oito projetos de resolução destinados a permitir a contratação de financiamentos externos. Entre eles está o que prevê US\$ 265 milhões para os programas de controle de doenças.

PÁGINA 3

Luís Eduardo é homenageado pela Anatel

Antonio Carlos Magalhães e Fernando Henrique Cardoso participaram de homenagem a Luís Eduardo Magalhães como parte das comemorações do aniversário da Anatel.

PÁGINA 3



Marina diz que doença mata índios no Acre

PÁGINA 4

Saúde gera debate no plenário

PÁGINA 5

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia. Atividade: Judô
7h30 - Especial Unip - Assunto: Telemedicina
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Remo.
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Sessão plenária (ao vivo) - Não deliberativa
12h30 - Entrevista - O senador Nabor Júnior fala sobre a reforma político-partidária
13h - Cores do Brasil - Café do oeste da Bahia
13h30 - Consulta Marcada (reapresentação) - Síndrome do pânico
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
18h30 - Entrevista - O senador Nabor Júnior fala sobre a Reforma Político-partidária
19h - Cores do Brasil - O Paraná.
19h30 - Consulta Marcada (reapresentação) - Síndrome do pânico
20h30 - Entrevista - O senador Nabor Júnior fala sobre a reforma político-partidária
21h - Jornal do Senado
21h15 - Palestra - Brasil 500 anos
22h - Cores do Brasil - o Ceará
22h30 - Especial/UNIP - Assunto: Tumores ósseos
22h55 - Senado em Pauta
23h - Consulta Marcada (reapresentação) - Síndrome do pânico
0h - Cores do Brasil - Linha verde da Bahia

Obs.: Durante a programação serão

transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

Destaques do fim de semana:

Amanhã e Domingo
9h30 - Reapresentação do 1º capítulo de Abolição
14h30 - Reapresentação do 2º capítulo de Abolição
21h - Espaço Cultural - Show do compositor Toquinho

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação

10h - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação

14h30 - Reprise da sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação

20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação

21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação

21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação

Ronaldo participa da feira do livro de Porto Alegre

Em companhia dos senadores Pedro Simon e Emília Fernandes, o primeiro-secretário do Senado autografará livros de sua autoria

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado Federal, estará hoje em Porto Alegre, a convite da Comissão Organizadora da 44ª Feira do Livro. As 18 horas, no estande do Senado, instalado na alameda principal da feira, Ronaldo Cunha Lima autografará a obra de sua autoria *Livro dos Terceiros - Breves e Leves Poemas*. Na mesma ocasião, em companhia dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PDT-

RS), fará doações de livros a duas entidades de deficientes visuais do estado.

Serão doados, à Associação de Cegos do Rio Grande do Sul e ao Instituto Santa Luzia, exemplares da Constituição federal e do Código de Defesa do Consumidor impressos em braile. As publicações foram lançadas pelo Senado neste ano, numa iniciativa inédita destinada a facilitar o acesso dos deficientes visuais aos direitos fundamentais do cidadão.



Ronaldo estará presente à doação de exemplares em braile da Constituição à Associação de Cegos do Rio Grande do Sul

Seminário em Montevideu discutirá integração dos Parlamentos do Mercosul

Parlamentares do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai estarão participando de um seminário internacional, nos dias 9 e 10 de dezembro, em Montevideu, para discutir formas de integração entre os Parlamentos dos países do Mercosul. Com o objetivo de fornecer informações para a realização deste seminário, três professores do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília - Davi Fleischer, Paulo Calmon e Rosinetti Monteiro - e os assessores Paulo Eduardo Rocha, do Inesp, e Leany

Barreiro, do Senado, participaram ontem de reunião de trabalho com o diretor do Centro de Estudos da História Contemporânea, do Uruguai.

Durante a reunião, organizada pelo Departamento de Ciência Política da UnB em parceria com a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, foram tratados dois assuntos: o processo legislativo do Orçamento e o papel do Congresso Nacional no Mercosul. Sobre este último tema, a professora Rosinetti Monteiro afirmou que, através de dados taquigráficos, sinopses e

entrevistas com parlamentares, foi constatado que os assuntos ligados ao Mercosul vêm despertando um interesse cada vez maior a cada ano, tanto na Câmara quanto no Senado.

Por sua vez, o professor Paulo Calmon comentou que o processo orçamentário deve ser pensado dentro de um enfoque que abranja alguns problemas constatados no Congresso Nacional, como as barganhas e os compromissos firmados em determinadas negociações entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Música e literatura são os destaques da Rádio Senado neste final de semana

Quatro programas de música e um de literatura terão destaque na programação de fim de semana da Rádio Senado. Um deles revela o talento do bandolinista Déo Rian, discípulo de Jacob do Bandolim no conjunto *Época de Ouro*. Rian é o entrevistado do programa *Instrumental de Ouro*, que vai ao ar às 20h de sábado.

Além da entrevista, o programa in-

cluirá músicas como *Saracoteando e Chuva*, de Jacob do Bandolim, e uma gravação doméstica do choro *Foi um Sonho*, em que os bandolins de Déo Rian e Jacob "dialogam".

O segundo destaque é o programa *A Boa Música do Brasil*, que vai ao ar no sábado às 16 horas e no domingo às 22h e presta homenagem aos compositores e intérpretes que aniversari-

am em novembro, entre eles Ari Barroso, Paulinho da Viola e Marlene.

A literatura também tem espaço reservado na emissora. No programa *Autores e Livros* deste sábado, o entrevistado é o escritor Luiz Antonio Aguiar, autor de obras de ficção voltadas para o público adolescente, como *Mãe em Noite de Lua Cheia*. O programa vai ao ar às 10h30.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Doas placas foram descerradas, homenageando o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães e o ex-ministro das Comunicações, Sérgio Motta

Luís Eduardo homenageado no aniversário da Anatel

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou na tarde de ontem, ao lado do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de homenagem ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, como parte das comemorações do primeiro aniversário de criação da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Fernando Henrique ressaltou o papel de Luís Eduardo nas transformações profundas pelas quais o país tem passado, e a amizade que

os ligava desde que se conheceram, no Congresso. Lembrou também que, embora viessem de trajetórias políticas muito diferenciadas, o encontro foi significativo e extremamente produtivo.

O presidente da República disse que considera seu temperamento semelhante ao de Luís Eduardo, enquanto o estilo do outro homenageado da tarde, o ex-ministro Sérgio Motta, "estava mais próximo de alguém que está aqui perto de mim", numa referência a Antonio Carlos.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1998

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

Segunda-feira (9.11.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (10.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL n° 124/97, que renova a permissão da Rádio Sociedade (Salvador-BA); *PDL n° 126/97, que renova a concessão da Rádio Carijós (Lafaiete-MG); e *PDL n° 128/97, que renova a concessão da Rádio Carajá (Anápolis-GO).

Quarta-feira (11.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PEC n° 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7° e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); *PDL n° 135/97, que renova a concessão da Rádio Pousada do Rio Quente (Caldas Novas-GO); *PDL n° 138/97, que renova a concessão da Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de televisão (Porto Alegre-RS); e *PDL n° 140/97, que renova a concessão da Rádio Cultura (Ilhéus-BA).

COMISSÕES

Quarta-feira (11.11.98)

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PEC n° 52/95, que suprime o parágrafo 3° do artigo 199 da Constituição, sobre a participação de empresas estrangeiras na assistência à saúde no país; *PEC n° 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC n° 12/96, que cria tribunais regionais federais; *PLS n° 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil (factoring); *PLS n° 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento (Conade); *PLS n° 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; *PLS n° 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS n° 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS n° 30/97, que altera a Lei n° 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; *PLC n° 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais; *PLC n° 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; e *PLS n° 80/97, que dispõe sobre a criação e o desmembramento de estados e territórios e a reintegração de territórios ao estado de origem. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5

Senado aprovou onze matérias em duas sessões

Plenário e comissões trabalharam muito na semana. Foram autorizados empréstimos e limitados gastos com as câmaras municipais

Em duas sessões deliberativas realizadas nesta semana, o plenário do Senado aprovou 11 matérias, entre elas a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que fixa percentuais máximos das receitas municipais para os gastos das câmaras de vereadores.

Aprovada em primeiro turno por unanimidade, a PEC constará da pauta da sessão deliberativa da próxima quinta-feira (12), para o primeiro dos cinco dias de discussão antes da votação em segundo turno.

Pela tabela aprovada pelo Senado, os municípios com até dez mil habitantes só poderão gastar 8% da receita municipal (incluindo receitas próprias e transferências constitucionais) com despesas das câmaras; os municípios de dez a 50 mil habitantes, 7%; de 50 e 100 mil habitantes, 6%; de 100 a 500 mil habitantes, 5%; entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, 4%; e acima de um milhão de habitantes, 3%.

Com a aprovação de diversos



Esperidião Amin é o autor da PEC que definiu limites para despesas com os vereadores

projetos de resolução, o Senado autorizou a contratação de operações de crédito externo para financiamento do Gasoduto Bolívia-Brasil (US\$ 60 milhões), duplicação da rodovia Fernão Dias (US\$ 180 milhões), programa de controle da Aids, malária, tuberculose e dengue (US\$ 265 milhões) e Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (US\$ 100 milhões).

O Senado ainda enviou à sanção

presidencial projeto de lei que unifica os quadros de oficiais e praças femininos e masculinos da Polícia Militar do Distrito Federal.

A PEC que limita os gastos das câmaras foi objeto de alentados debates antes de sua aprovação na CCJ, na manhã do dia (4) da votação da matéria em 1º turno. A comissão também aprovou parecer favorável à possibilidade de recondução, para os mesmos cargos, na eleição imediatamente subsequente, dos atuais membros da Mesa da Câmara e do Senado.

Entre outros projetos, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo do senador Odacir Soares (PTB-RO) permitindo que as férias a que os trabalhadores legalmente têm direito, quando superiores a 20 dias, poderão ser desdobradas em até três partes. Em caráter terminativo, a CAS também estendeu o benefício do auxílio-acidente aos empregados domésticos, conforme projeto de autoria da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Comissão de Orçamento faz reunião

O deputado Lael Varela (PFL-MG), presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocou para a próxima terça-feira, às 15 horas, reunião ordinária da comissão para deliberar sobre várias solicitações de crédito suplementar encaminhadas pelo governo.

Na segunda, a comissão deverá receber a revisão do Orçamento para 1999, com as modificações introduzidas para adaptar o texto aos novos parâmetros de receitas e despesas fixados pelo Programa de Estabilização Fiscal.

Recebida a nova proposta de Orçamento, o presidente da comissão, em acordo com as lideranças partidárias e o relator-geral, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), designará sete relatores-adjuntos que, conforme o rito sumário de tramitação definido pela comissão, integrarão colegiado coordenado pelo relator-geral.

Plenário vota prazo para ação trabalhista rural

O plenário do Senado votará na quarta-feira proposta de emenda constitucional do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que fixa prazo prescricional para as ações trabalhistas rurais. Hoje, uma ação dessas não tem limite de prescrição, e o empregado (ou ex-empregado) pode reivindicar direitos trabalhistas sobre todo o período de contrato.

Osmar Dias quer oferecer ao trabalhador do campo o mesmo prazo dado ao trabalhador urbano, que é de cinco anos. Nos dois casos, se o empregado tiver deixado o emprego, ele terá dois anos para entrar na Justiça.

O senador paranaense argumenta que a ausência de prazo prescricional que a Constituição dá ao trabalhador no campo só tem levado insegurança ao meio rural, o que aumenta a rotatividade da mão-de-obra. Osmar Dias sustenta ainda que hoje dificilmente os empregados rurais, com a atuação de seus sindicatos, desconhecem seus direitos trabalhistas. Pondera também que há insegurança entre os

patrões, os quais são obrigados a manter documentos e comprovantes de pagamentos às vezes até por 20 anos.

O relator da matéria na CCJ, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), decidiu aceitar uma emenda apresentada em plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o qual propõe que o prazo prescricional para trabalhador rural seja de oito anos, podendo a ação ser apresentada até dois anos após o término do contrato.

Dutra sustenta com números do IBGE que ainda é grande a violação dos direitos trabalhistas no setor rural. Ele afirma que um prazo maior, em relação ao trabalhador urbano, leva em consideração a falta de informações e até de iniciativa dos trabalhadores do meio rural.

O plenário do Senado votará também na próxima semana (terça e quarta) a renovação das concessões de funcionamento, por mais dez anos, de seis emissoras de rádio dos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul.

Serra respalda as críticas da oposição, diz Dutra

“O presidente Fernando Henrique Cardoso reage de maneira dura às críticas da oposição mas, posteriormente, elas se revelam verdadeiras”, alertou ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) referindo-se às informações do Ministério da Saúde de que os recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não foram usados na área da saúde.

Segundo Dutra, quando o governo pediu a aprovação da CPMF e, num segundo momento, a sua prorrogação, houve um compromisso formal de que seus recursos iriam, integralmente, reforçar o caixa da saúde. “Os senadores foram convencidos a aprovar a medida sob a ameaça de que a saúde pública viraria um caos. A desconfiança dos parlamentares foi aplacada pelo respeito de que gozava o então ministro Adib Jatene”, recordou.

O senador por Sergipe lembrou, ainda, que a oposição fazia críticas ácidas à CPMF, alertando para o fato de que seus recursos poderiam apenas substituir fontes de custeio da saúde que seriam desviadas para outras finalidades. “O deputado Eduardo Jorge (PT-SP), na Câmara, e eu mesmo, no Senado, apresentamos um projeto impedindo essa manobra. Nossas críticas foram afastadas sob a alegação de serem mera intriga da oposição.”

— Agora estamos diante de uma nota oficial do ministro José Serra mostrando, na realidade, que os recursos da CPMF apenas substituíram verbas da Cofins e da Contribuição sobre o Lucro das Empresas que foram usadas em outros gastos do governo. Nada menos que R\$ 5,5 bilhões deixaram de reforçar os gastos em saúde, que, em relação ao PIB, caíram 12,4% nos últimos anos — concluiu o senador.

Odacir Soares quer facilitar extradição de traficantes

Projeto de lei do senador Odacir Soares (PTB-RO) introduz dispositivos no Estatuto dos Estrangeiros para facilitar a extradição de criminosos, principalmente os envolvidos com tráfico de entorpecentes. O projeto incorpora mecanismos de tratados internacionais firmados pelo Brasil, como o que permite a extradição nos casos de delitos tributários, quando a lei brasileira não previr o mesmo tipo de regulamentação do país requerente.

— Sabe-se que as pessoas que participam do tráfico de entorpecentes, além dos muitos crimes que cometem freqüentemente, infringem normas de ordem fiscal, aduaneira e cambial nos países onde atuam. O fato de eventualmente o Brasil não ter o mesmo tipo de regulamentação nes-

sas matérias não deve inibir a facilidade de extraditar — explica o senador.

Odacir sugere em seu projeto a criação da extradição facultativa, a exemplo do que já determinam tratados internacionais. O objetivo é esclarecer que a extradição poderá ser recusada se o fato pelo qual for pedida tiver sido cometido fora do território da parte requerente e a lei brasileira não previr a punibilidade para o mesmo caso quando cometido fora do território nacional.

Outra alteração proposta pelo projeto de Odacir Soares é a que faz da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) a autoridade competente para pedir, em caso de urgência, a prisão preventiva do extraditando. “Alguns acordos internacionais trazem esta permissão, que concorre para dar a necessária rapidez ao processo de extradição”, esclarece.

O projeto traz alterações para evitar que se conceda naturalização a estrangeiro contra o qual exista, no Brasil ou no exterior, processo ou condenação por crime relacionado ao tráfico de drogas. Além disso, estabelece que nenhuma autoridade brasileira poderá opinar favoravelmente à naturalização de indivíduo cuja vida pregressa demonstre envolvimento com esse tipo de ilícito.



Odacir incorpora ao projeto dispositivos encontrados em vários acordos internacionais

Marina apela contra doença que já matou 5 índios no Acre

Parlamentar reclama providências urgentes das autoridades para evitar que a moléstia, ainda não diagnosticada, se alastre

A senadora Marina Silva (PT-AC) apelou ontem às autoridades da saúde para que elas tomem providências urgentes no sentido de combater doença que já matou cinco índios no Acre, na região do rio Jordão. Segundo a senadora, a moléstia manifesta-se com diarreia, mas ainda não foi diagnosticada.

Marina afirmou que, segundo a Fundação Nacional de Saúde, possivelmente não se trata de cólera. É, porém, uma doença muito grave, que mata os índios em menos de 24 horas. Pelos relatos que recebeu, a senadora disse que também no Alto Solimões nove pessoas morreram

com os mesmos sintomas.

Uma audiência no Ministério da Saúde está sendo agendada pela senadora, junto com representantes das comunidades locais, que estão preocupadas com a doença.

— As autoridades devem atuar no local a fim de identificar a moléstia, que, pelos sintomas, é equivalente ao cólera — afirmou Marina, em comunicação inadiável ao plenário.

Para Marina, o problema é ainda mais grave pelo fato de as águas dos rios serem usadas pelas populações ribeirinhas e seringueiros, o que facilita o aparecimento de uma epidemia.



Segundo Marina Silva, a doença tem sintomas semelhantes aos do cólera

Jonas relata encontro com a equipe econômica

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) relatou ontem o resultado da reunião realizada na quarta-feira com a área econômica do governo, da qual participou como integrante da Frente Parlamentar da Agricultura. Segundo o senador, as discussões giraram em torno da procura de soluções para o alto endividamento do setor agrícola. “Algumas decisões vinham sendo adiadas pelo governo, com enorme prejuízo para a área rural”, disse Jonas.

Dentre as resoluções da reunião, Jonas Pinheiro destacou o envio,

na próxima semana, de medida provisória ao Congresso Nacional disciplinando o alongamento das dívidas dos produtores rurais em 20 anos e definindo como serão utilizados de agora em diante os recursos dos fundos constitucionais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “É preciso lembrar que esses fundos foram criados para financiamento de investimentos destinados à diminuição das desigualdades regionais, e os juros aplicados tornaram muito alto o custo desses financiamentos”, afirmou o senador.

Também foi abordada na reunião a decisão do Conselho Monetário Nacional que permite a prorrogação

da parcela vencida em outubro último, extensiva aos produtores com comprovada incapacidade de pagamento; a prorrogação do prazo para formalização dos contratos de alongamento das dívidas

rurais excedentes a R\$ 200 mil, até junho de 99; a prorrogação dos vencimentos das dívidas de crédito rural até 30 de junho de 99, enquanto não for aprovado um programa de melhoria de renda do setor agropecuário, e escalonamento geral de dívidas rurais, inclusive as securitizadas; o aumento temporário de 25%

para 30% da exigibilidade de crédito rural sobre os depósitos à vista para aumentar a oferta de recursos para a safra 98/99; garantia de repasse dos recursos da Petrobras ao Banco do Brasil para o financiamento da estocagem de álcool e autorização para a mistura de 3% de álcool ao óleo diesel.

O senador ainda pediu ao governo uma suplementação de recursos para o Programa da Borracha. Segundo ele, os produtores de borracha, nativa ou cultivada, estão sem o subsídio a que têm direito — R\$ 0,90 o quilo — desde outubro, e o preço da borracha no mercado está aviltado.



Jonas: recursos para Programa da Borracha são escassos



Prefeito do Rio debate ajuste fiscal com ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde (foto). À saída do encontro, o prefeito carioca disse ter sido uma visita de cortesia, em que ele aproveitou a oportunidade para “trocar idéias” com o senador a respeito de questões como o processo de ajuste fiscal e a reforma da Previdência Social.

Conde revelou que sua administração “já está tomando providências para se ajustar à contenção determinada pelo programa de estabilidade fiscal”. Ele fez questão de manifestar seu apoio ao governo federal e destacou que a prefeitura do Rio de Janeiro “já está enquadrada na Lei Camata, não gastando além dos 60% de seus recursos com pessoal, incluindo os inativos”.

Para Ademir, nota sobre situação da saúde reforça as denúncias da oposição

A nota da assessoria do Ministério da Saúde sobre a situação da saúde no Brasil foi elogiada ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

– O ministro falou a verdade que a oposição já vinha denunciando há muito tempo. Os recursos da CPMF, que deveriam ser destinados à Saúde, não estão sendo utilizados para essa finalidade – afirmou o senador, que pediu a transcrição do texto da nota em ata, como parte de seu discurso.

De posse de dados do Orçamento da União, Ademir Andrade chegou à conclusão de que, dos R\$ 7,7 bilhões arrecadados através da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) este ano, R\$ 5,7 bilhões foram retirados para outras finalidades.

– O dinheiro está sendo desviado para outras destinações, possivelmente para pagamento dos serviços das dívidas interna e externa.

O senador acusou o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso de estar diminuindo os recur-

– Vai ser impossível manter o Sistema Único de Saúde (SUS) com esse grau de miserabilidade. O ministro, o conselho, ninguém vai aceitar esses cortes, ainda mais porque o dinheiro é para pagar juros a banqueiros – avaliou Ademir Andrade.

O presidente da CAS anunciou que vai apresentar na próxima reunião da comissão, na quarta-feira, requerimento de convocação dos ministros José Serra, da Saúde; Paulo Paiva, do Planejamento, e Pedro Malan, da Fazenda, além de integrantes do Conselho Nacional de Saúde para discutir os cortes no setor.

A reunião para ouvir essas autoridades, caso aprovada a convocação, seria realizada no dia 18, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Roberto Santos.

MORATÓRIA

Analisando o Orçamento para 1999, o senador observou que o país vai pagar R\$ 88 bilhões de amortização das dívidas interna e externa.

– Isso é quase cinco vezes o total de recursos gastos em saúde em todo o Brasil, ou duas vezes a folha de pagamento dos servidores públicos. Não sei onde Fernando Henrique Cardoso quer chegar – criticou.

Ademir Andrade denunciou também o aumento da dívida interna, que teria passado de R\$ 60 bilhões para R\$ 400 bilhões nos quatro anos de governo de Fernando Henrique.

– Somente de juros o país pagou este ano o dobro do que já arrecadou com a venda de todas as empresas estatais – afirmou.

Para o senador, chegou a hora de o país discutir seriamente uma moratória e renegociar a dívida com banqueiros nacionais e internacionais.

– O Brasil não é um *paísinho* qualquer que não possa se impor. É um país grande e privilegiado, com a oitava economia do mundo. Não dependemos dos outros. Eles dependem de nós muito mais – concluiu Ademir Andrade.

ACM recebe ligação de Serra negando crítica ao governo

Senador conversou com ministro da Saúde, que creditou a assessores a divulgação de nota criticando os impactos do ajuste fiscal na saúde

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu, por volta das 14h de ontem, telefonema do ministro da Saúde, José Serra, que lhe assegurou não ser o autor das críticas ao ajuste fiscal divulgadas pela imprensa.

– Ele me disse que não deu nota

nenhuma, e que algum assessor deve ter soltado esse papel; ele me explicou que nem falou com jornalistas – explicou o senador.

Antonio Carlos aceitou prontamente os esclarecimentos de Serra.

– Sempre acreditei que não fosse ele – observou.

De fato, pela manhã, o senador havia concedido entrevista, na qual duvidava das declarações atribuídas ao ministro, ao mesmo tempo que fazia questão de sublinhar: “Até agora não vi nada do Serra que pudesse prejudicar o governo”.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a senadora eleita de Sergipe pelo PFL, Maria do Carmo Alves, acompanhada pelo marido, o ex-governador do estado João Alves (D)



“Votação da Previdência foi vitória do Brasil”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou ontem a conclusão do processo de votação da reforma da Previdência Social pela Câmara dos Deputados, considerando que o resultado, favorável ao governo, “foi uma vitória do Brasil, graças ao espírito cí-

vico dos deputados”.

Antonio Carlos previu, ainda, que esse desfecho “terá ampla repercussão interna e externa, favorável ao país”.

O processo de reforma da Previdência Social foi concluído com a apreciação, pelo plenário da Câmara

dos Deputados, dos três últimos pedidos de Destaque para Votação em Separado de pontos relevantes da emenda constitucional que integra o conjunto das reformas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Suplicy aponta redução nos recursos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que os cortes do ajuste fiscal estão trazendo dificuldades ao governo e acabaram por revelar informações importantes. O senador citou trecho da nota da assessoria econômica do Ministério da Saúde, divulgada na quarta-feira, onde se afirma que “o que houve foi desvio de outras fontes, ou seja, a receita da CPMF foi destinada à saúde, mas foram diminuídas as destinações à saúde decorrentes de contribuições sobre os lucros e da Cofins”.

A nota também demonstra, segundo Suplicy, o pequeno crescimento da dotação orçamentária e a pouca pressão que os gastos da saúde exercem no déficit público. “Mesmo no caso do projeto de lei orçamentária para 1999, a dotação do Ministério da Saúde crescia abaixo da média das outras despesas. Entre 1994 e 1998 (execução financeira), o gasto com saúde,



Senador Suplicy afirmou que gastos com saúde, como proporção do PIB, caíram 12,4% de 1994 até hoje

como proporção do PIB, caiu 12,4%. O total das outras despesas, no entanto, subiu 22,6%. Em valores constantes, as despesas da saúde aumentaram 17,9%, enquanto as outras despesas do Orçamento, em seu conjunto, cres-

ceram 56,2%.”

O senador explicou que os órgãos que assinalaram expansão foram os ministérios da Fazenda, 118,8%; Previdência Social, 121,8%; Cultura, 130,2%; Minas e Energia, 145,4%; Agricultura, 157,5%; e Advocacia Geral da União, 155,6%. “O Ministério das Comunicações foi o que marcou a maior expansão, 1.122,21%”, destacou.

– De maneira que é importante registrarmos essa evolução e, sobretudo, compararmos com a evolução havida com encargos da dívida mobiliária. Se olharmos o último boletim do Banco Central (outubro de 1998), vamos ver a extraordinária evolução de encargos da dívida mobiliária, que representaram, em 1994, R\$ 3.325 bilhões e, em 1995, R\$ 7.078 bilhões. As despesas, portanto, dobraram – concluiu Suplicy.



Ademir revelou que, em 99, o país deverá pagar cinco vezes mais com juros do que com saúde

sos para a saúde.

– O ministro afirma em sua nota que o orçamento da Saúde caiu 12,4% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos quatro anos – destacou.

CONVOCAÇÃO

Ademir Andrade, que vinha de reunião do Conselho Nacional de Saúde, na condição de presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), relatou que os membros do conselho ficaram satisfeitos com a manifestação do Ministério da Saúde, mas acreditam ser impossível continuar a manter o setor até o final do ano com o corte de R\$ 1,12 bilhão previsto pela área econômica do governo.

Seminário debate direitos humanos na globalização

Na abertura do evento, Fogaça exorta país a tirar proveito do fenômeno. Cabral deplora a ação de “homens insensatos e intolerantes, que usaram sua inteligência e argúcia para construir sistemas de exclusão”

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem que um país pode ser vítima do processo de globalização ou, então, tirar dele o maior proveito possível para si próprio. Ele fez o comentário ao abrir o segundo e último dia do seminário *Globalização: Visões do Mundo Contemporâneo*, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), no Senado.

Fogaça abriu as palestras da manhã em substituição ao senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul, que estava impossibilitado de comparecer. O representante do Rio Grande do Sul concluiu que a globalização representa um avanço na qualidade das relações internacionais e é inevitável. “Resta saber como tirar proveito dela”, acrescentou.

Na primeira palestra do dia, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, afirmou que os direitos humanos são os princípios geradores da construção social e da dignidade humana. Para o senador, uma palavra resume esses princípios: tolerância.

INTOLERÂNCIA

Cabral observou que a maioria da população mundial, no entanto, está excluída de boa parte dos direitos constantes na Declaração dos Direitos Humanos “pela ação de homens insensatos e intolerantes, que usaram sua inteligência e argúcia para construir sistemas de exclusão”. Ele citou dados do IBGE,

denunciadores da péssima distribuição de renda hoje no país: em 1987, os 10% dos brasileiros mais pobres detinham 1,12% da renda nacional, percentual que caiu para 0,98% em 1996. No mesmo período, a percentagem da renda nacional detida pelos 10% mais ricos passou de 41,91% para 42,36%.

Amparado em trabalho do professor Mário Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas

Cabral homenageia Fogaça e Calmon

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) prestou ontem homenagem ao senador José Fogaça (PMDB-RS) e ao ex-senador João Calmon, durante palestra no seminário *Globalização: Visões do Mundo Contemporâneo*. Ambas as homenagens referiam-se à Assembleia Nacional Constituinte, da qual Cabral foi o relator-geral.

O senador disse dever a Calmon a única vinculação de recursos feita na Constituição, promulgada há dez anos, que destinou à educação 18% das receitas federais e 25% das receitas estaduais. Calmon lembrou que, na Constituição gaúcha, este percentual chegou a 35%.

Já Fogaça foi qualificado como “um dos maiores auxiliares que poderia ter alguém como relator”.

(Unicamp), o deputado federal Paulo Bornhausen (PFL-SC) usou sua exposição para mostrar que a influência da globalização no mercado de trabalho brasileiro tem aumentado a oferta de empregos sem qualificação no setor de serviços. Daí a necessidade de se privilegiar, na política educacional, a oferta de um ensino fundamental de qualidade, concluiu.

Consultor sugere rever peso de acordos externos

O peso jurídico dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil deve ser revisto, na opinião do consultor-legislativo Gabriel Dezen Júnior. Na terceira palestra do seminário sobre globalização, ele mostrou alguns conflitos entre a legislação brasileira e esses tratados.

O consultor destacou a posição manifestada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, favorável à

equiparação, no plano interno, do peso jurídico dos tratados internacionais ao das emendas constitucionais. Atualmente, esse peso equivale ao de legislação ordinária, o que gera conflitos como os vistos hoje, por exemplo, no Código Tributário.

Outro palestrante do período da manhã foi o consultor-legislativo Ricardo Martins, que falou sobre as ações governamentais na área de educação.



Ao lado de José Fogaça, Bernardo Cabral defende mais respeito aos direitos humanos

Informação moderniza os Parlamentos

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e o secretário do Senado uruguaio, Mário Farachio, concordaram com a ideia de que o fluxo da informação tem papel fundamental na modernização dos Parlamentos no Brasil e nos países do Mercosul. Agaciel falou sobre o processo de modernização do Senado brasileiro, enquanto Farachio discorreu sobre a modernização dos Parlamentos do Mercosul, como ponto de partida para a cooperação entre os países desse bloco. Os dois palestrantes participaram do seminário sobre globalização, cuja abertura, no pe-

ríodo da tarde, foi feita pelo primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

TRANSPARÊNCIA

Agaciel destacou a criação do sistema de comunicação do Senado como fundamental para conferir transparência às atividades da Casa. “Muito se produz aqui e a mídia não costuma dar o destaque necessário”, disse o diretor-geral. Segundo ele, a modernização no Senado não se concentrou em aspectos de sua estrutura física, “mas, sim, em um conceito mais subjetivo ligado à interação entre o senador e a sociedade”.

Mário Farachio disse que as mudanças nos Parlamentos latino-americanos devem levar em consideração as funções legislativas e de controle exercidas por esses órgãos. Ele assinalou a existência de três pontos fundamentais, que não podem ser deixados de lado: a necessidade de prover o legislador de informações; o apoio legislativo, e a administração de recursos humanos, financeiros e materiais. Na sua opinião, respeitados estes pontos, estará facilitada a interação entre as Casas legislativas do Mercosul.

Emília quer “globalizar” a solidariedade

Ao encerrar no final da tarde de ontem o seminário sobre globalização, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) disse que esse fenômeno moderno não poderia ater-se apenas ao campo econômico, excluindo aspectos sociais importantes para as populações dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

– É preciso que se pense em como globalizar a solidariedade – enfatizou a senadora, ressaltando a necessidade de que a economia globalizada, que domina a política internacional, rompa as barreiras teóricas e atenda às reivindicações educacionais e cultu-

rais das sociedades envolvidas.

Emília destacou a criação do Mercosul como um passo primordial para combater o subdesenvolvimento da América do Sul. A seu ver, essa nova política implantada no continente deverá partir do desenvolvimento econômico para um possível surto de crescimento sócio-cultural.

Em relação ao aspecto estritamente econômico, a senadora é de

opinião que “nossos governantes erraram muito do governo Collor para cá”, deixando com que houvesse excesso de importações que reduziram a produtividade nas indústrias brasileiras e trouxeram outras consequências negativas.

INIQUIDADE

O consultor-legislativo do Senado Eduardo Baumgratz Viotti, um dos expositores, apontou a “iniquidade” do processo de globalização em países sem distribuição de renda, como o Brasil. Segundo ele, apesar de o país usufruir de tecnologia avançada nos setores, por exemplo, de telecomunicações e indústria de bens duráveis, “ainda não geramos uma dinâmica própria e só absorvemos tecnologias disponíveis”.



Emília afirma que Mercosul é um passo para combater o subdesenvolvimento da América do Sul

Jefferson ataca "barganha" governista

"Qual será o custo do ajuste fiscal?", indagou o senador Jefferson Péres (PSDB-AM),



manifestando ontem a sua indignação com os benefícios que, segundo os jornais, a bancada ruralista recebeu do governo para rejeitar na votação de quarta-feira, na Câmara dos Deputados, os destaques da reforma previdenciária defendidos pela oposição.

— Se seguir o mesmo padrão de negociação, os custos serão mais altos do que os eventuais benefícios para o déficit público — advertiu.

Para Jefferson Péres, os brasileiros estão perdendo a capacidade de se indignar.

— A imprensa revelou as negociações entre os deputados ruralistas que trocaram seu voto por adiamento, por sete anos, do prazo de pagamento de dívidas do setor, no valor de R\$ 1,2 bilhão, com o Banco do Brasil, bem como a liberação de R\$ 350 milhões da Petrobras para produtores de álcool. Os deputados ficam mal, o governo fica em situação pior: ou adiou medidas justas ou cedeu à barganha — afirmou.

As medidas do ajuste fiscal, observou o senador, não podem ser apresentadas como soluções perfeitadas e acabadas.

— O governo está querendo aumentar em 80% a alíquota da CPMF, mas, diante das declarações do ministro José Serra de que os gastos com a saúde diminuiriam 12,4% em relação ao PIB, nos últimos dois anos, estamos constatando que fomos enganados: a CPMF não foi usada para reforçar os recursos da saúde — disse.

Jefferson Péres lembrou que o próprio ministro explicou que os recursos da CPMF para atender à saúde foram anulados pelo desvio de verbas da Cofins e da Contribuição sobre o Lucro das Empresas que, anteriormente, iam para a saúde e passaram a ter outra destinação.



Jefferson: concessões podem levar governo a elevar, e não reduzir, o déficit público

Requião pede investigação no Banestado

Criticando a conivência do governador Jaime Lerner e a omissão do Banco Central, senador apela à Justiça para que apure as irregularidades encontradas no Banco do Estado do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) acusou ontem o governador do Paraná, Jaime Lerner, de cumplicidade no rombo que atingiu o Banco do Estado do Paraná (Banestado), conforme atas de reunião daquela instituição, reproduzidas, a pedido do senador, no *Diário do Senado Federal* do dia 16 de outubro passado e publicadas por ele na Internet.

Por ter colocado o material disponível para o conhecimento público, Requião revelou que foi intimado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a retirar as atas da Internet, sob a alegação de quebra de sigilo bancário. Além disso, informou o senador, o Ministério Público determinou que a Polícia Federal o ouvisse.

Requião sugeriu à Justiça que não investigue a sua iniciativa, que ele explica ter sido tomada no exercício do mandato, para que a população tivesse acesso à

Roberto Requião questionou a intimação do STF para retirar as atas da Internet



política interna daquele banco. Em sua opinião, o que a Justiça deve investigar são as denúncias de corrupção feitas por ele ao Ministério Público antes da intimação do STF.

"As atas são públicas. O Banco do Estado está sendo roubado com a conivência explícita do anterior e do atual governador do estado, Jaime Lerner", afirmou.

Requião disse ter feito a denúncia no exercício de suas prerrogativas e sustentou que não prestará depoimento nenhum, em respeito ao seu mandato e ao Sena-

do Federal. "Os ladrões estão no Paraná. Não sou ladrão, sou o denunciante", observou.

"MANEIRA SUAVE"

Em seu comunicado, o senador leu trechos de atas do Banestado em que diálogos envolvendo o presidente do banco, Neco Garcia, indicariam a existência de crimes, principalmente na área de *leasing*. Segundo o parlamentar, essas atas já foram denunciadas pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) e por deputados estaduais.

Os trechos lidos por Requião

apontam para a existência de operações irregulares na Banestado Leasing, que envolveriam um esquema de propinas e formação de quadrilha. O senador afirmou categoricamente que o governador Jaime Lerner já sabia das operações ilegais informalmente e que os diretores do banco, conforme o revelado nas atas, discutiram uma "maneira suave" de informá-lo oficialmente, para que tomasse providências.

— A providência que ele tomou foi nomear o ladrão da Leasing para o cargo de secretário de Esportes do Paraná — acusou Requião. Ele também disse que, em cada uma das 200 páginas da ata, há uma operação irregular do Banestado, mas o Banco Central não tomou providência nenhuma. O senador afirmou que está denunciando Jaime Lerner "por omissão no caso do rombo do Banco do Estado do Paraná".

Suassuna cobra negociação da dívida ativa

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem que vai apresentar projeto propondo a formação de uma comissão especial, como já foi feito nos EUA e em outros países, com a incumbência de negociar novos prazos e valores para o escalonamento das dívidas das empresas com o Ministério da Fazenda, o INSS e a Receita Federal — a chamada dívida ativa.

Preocupado com a lentidão do governo em adotar medidas capazes de atenuar os efeitos da crise econômica internacional no Brasil, ele criticou a reforma administrativa. Ela "nunca deveria ter começado pela contabilidade", afirmou.

A ação do governo deveria estar voltada para o corte dos desperdícios, de onde poderiam surgir recursos para dinamizar a economia nacional, sugeriu o senador. Ele disse que as empresas devem R\$ 60 bilhões ao Ministério da Fazenda e cerca de R\$ 40 bilhões ao INSS. "Não temos a ilusão de que tudo será pago, mas são recursos que não podem ser desperdiçados", recomendou.

O senador Odacir Soares (PTB-RO) concordou com as críticas e alertou para o fato de que a receita do INSS relativa a essas dívidas caiu este ano e deverá cair ainda mais em 99. No que se refere à reforma fiscal, Odacir discordou da opção do



Ney Suassuna condenou a ênfase "contábil" da reforma administrativa

governo de cortar despesas e procurar aumentar as receitas através da majoração dos impostos. Para ele, no entanto, o mais grave é que a proposta do governo não traz nenhuma medida voltada para atenuar o desemprego e a recessão.

"Não vi no pacote nenhuma medida que permita a quem está devendo à Receita, por exemplo, ampliar os prazos de parcelamento das dívidas com a União", reclamou Odacir Soares.

Segundo Suassuna, o Congresso poderá contribuir para aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo governo. Ele lembrou que, na véspera, o seu partido, o PMDB, reuniu toda a bancada para discutir a reforma e apresentar sugestões. "Quero fazer um

apelo aos demais partidos para que adotem a mesma estratégia, pois só assim podemos corrigir e aperfeiçoar as medidas da equipe econômica."

REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Ney Suassuna, apesar de a Câmara dos Deputados ter aprovado quarta-feira a reforma da Previdência, "nenhum avanço foi verificado no que diz respeito à reforma tributária, parecendo-me improvável o seu desejado encaminhamento ainda este ano". Em sua análise, o senador destaca que, se na área política os problemas são muitos, na área técnica as divergências entre especialistas da União e dos estados não são menores.

O governo, segundo Suassuna, descuidou da reforma tributária preocupado com as reformas administrativa e da Previdência. "Como o governo, que não conseguiu discutir a reforma tributária entre setembro de 1995 e outubro de 1998, pretende votá-la agora, em menos de três meses?", perguntou.

O ajuste fiscal foi defendido pelo senador como uma condição para o Brasil se credenciar a receber o empréstimo de R\$ 30 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI). Será através desse ajuste, entende ele, que as contas brasileiras ficarão menos frágeis.

Suplicy quer informações sobre Serpro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento ontem para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, preste informações sobre a atuação do Serviço de Processamento de Dados (Serpro). Suplicy quer os estudos sobre a relação custo/benefício, a segurança da informação e a qualidade dos serviços prestados pelo Serpro, demonstrando que esses itens não serão deficitários nem sofrerão solução de continuidade com a edição da Portaria nº 273/98, que limita a prestação de serviços aos ministérios da Fazenda e da Administração e impõe redução de 25% nos gastos com pessoal.

"Isso deve significar a eliminação de aproximadamente 1.700 postos de trabalho na empresa", alertou.

O senador também deseja saber quais serviços serão desativados a partir de janeiro de 1999 e se poderão ser absorvidos por órgãos ou entidades que os utilizam. Preocupado com os cuidados que estão sendo tomados para garantir a privacidade de informações sob a guarda do Serpro, ele suspeita que "a restrição de atendimentos da empresa, mais do que provocar demissões, poderá acarretar um grande prejuízo".

Dutra propõe fim da reeleição para prefeitos

Senador sugere ainda que presidente e governadores candidatos à reeleição deixem o cargo seis meses antes do pleito

“Como está não pode ficar: se com presidente e governadores já foi o descalabro que todos viram, com os milhares de prefeitos será muito pior”, afirmou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao explicar ontem por que apresentou uma proposta de emenda constitucional excluindo prefeitos do instituto da reeleição e criando a obrigatoriedade da desincompatibilização de seis meses para presidente e governadores.

Segundo Dutra, seria melhor acabar com a reeleição para todos. “Por pragmatismo, apresentei a proposta excluindo somente prefeitos por entender que teria mais condições de prosperar. Não se trata de uma atitude discriminatória. Todos reconhecem que, numa eleição de presidente ou governador de estado grande, a fiscalização é maior, a imprensa é mais atuante. Em milhares de municípios sem sindicatos, sem mídia — quando há um jornal é pertencente a um chefe político —, a situação será bem pior.”

Em aparte, o senador Ademir



Dutra teme falta de fiscalização sobre o uso da máquina pública

Andrade (PSB-PA) afirmou que a experiência mostrou que a reeleição não funciona no Brasil. “Muitos senadores foram prejudicados porque não puderam competir com governadores fazendo campanha no exercício do cargo. A indecência e falta de ética foram escandalosas. No Pará, onde disputei o governo, nunca vi uma campanha tão absurda e milionária, com shows de celebridades cus-

tando R\$ 200 mil”, denunciou.

Para Ademir, quando um candidato disputa um cargo contra quem está querendo se reeleger, ele não enfrenta somente o governador, mas também o empresariado local, os detentores dos cargos em comissão no governo e a mídia local, todos com interesses presos junto ao governador. “No caso dos prefeitos, nem dá para imaginar os escândalos que haverá.”

Também em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou seu apoio à proposta de Dutra dizendo que a experiência mostrou não ser “saúdável” para a democracia brasileira o instituto da reeleição. “O fato de o presidente e governadores estarem no cargo gerou uma vantagem na exposição à mídia que tornou a disputa com outros candidatos profundamente desigual. Quem sabe a exclusão dos prefeitos não venha a suscitar, em oportunidade posterior, o abandono da reeleição para todos os cargos”, concluiu.

Requião pretende tornar mais seguro o voto eletrônico

A fim de evitar fraude nas eleições, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou projeto de lei determinando que a urna eletrônica imprima o voto em cédula individualizada, previamente rubricada pelo presidente da Mesa e mesários, para conferência do eleitor, que o depositará em urna convencional, se não reclamar de qualquer divergência de dados entre a tela da urna e a cédula.

O senador quer alterar a Lei 9.504/97 para fazer essa mudança, e seu projeto será deliberado em decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Requião sustenta que o atual sistema eletrônico não está garantido contra práticas ilícitas e assegura que as fraudes podem ocorrer sem deixar qualquer indício, “enodando assim a democracia eleitoral que queremos ver efetivamente implantada no Brasil”.

Em sua opinião, fraudes poderão ser evitadas com a simples exigência de que o próprio eleitor tenha certeza do candidato em quem votou, me-

dante a emissão do seu voto impresso. A cédula seria depositada em urna convencional, a fim de permitir a recontagem dos votos em caso de suspeita de fraude. O senador também deseja que, no caso de recontagem, sejam utilizados somente os votos depositados na urna convencional.

O projeto prevê que, se ao conferir o seu voto impresso, o eleitor não concordar com os dados, solicitará sua anulação e repetirá a votação. Caso persista a divergência entre os dados da tela e o voto impresso, a urna será submetida a teste por, pelo menos, dois fiscais de diferentes partidos ou coligações concorrentes. Se estes confirmarem a divergência, solicitarão a comunicação imediata ao juiz eleitoral, a fim de que este tome as medidas necessárias à continuação da votação e providencie a abertura de inquérito criminal.

Requião reconheceu que o voto eletrônico tornou bem mais ágil o



Roberto Requião

processo de apuração dos votos, tendo também eliminado a possibilidade de alguns tipos de fraude. Mas, no seu entender, a segurança do voto deixa a desejar, “pois a fiscalização partidária não tem meios que permitam conferir se os votos apurados em uma determinada urna correspondem realmente à vontade dos eleitores”.

Ele acha que, por falta de conhecimento sobre segurança de sistemas, partidos, dirigentes partidários e até a Justiça Eleitoral estão aceitando passivamente as regras impostas pelos técnicos que implantaram os programas de recepção e apuração de votos. Mas alerta que é tecnicamente factível inserir um programa fraudulento na urna eletrônica ou no sistema de totalização de votos, sem deixar “pegadas”, o que torna inúteis os procedimentos de segurança atualmente adotados.

Sebastião Rocha classificou a decisão do PT como “letal” à relação de confiança com o PDT



Sebastião Rocha condena o apoio do PT a João Capiberibe

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou ontem contra a atuação da direção nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), que apoiou a candidatura à reeleição do governador João Capiberibe, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), nas eleições do Amapá.

— Para surpresa nossa, ao apagar das luzes, na véspera do prazo final para as convenções, o Diretório Nacional do PT, reunido em São Paulo, decidiu intervir no PT do Amapá que, em encontro estadual, tinha decidido coligar-se com o PDT. Os petistas do resto do país decidiram mudar os destinos das urnas no estado do Amapá, ao obrigar o PT estadual a coligar-se com o PSB. Esta atitude do PT nacional teve, entre outros objetivos, o de satisfazer o desejo do governador Capiberibe de isolar o PDT e inviabilizar a candidatura do deputado Waldez Góes ao governo do estado — afirmou Rocha.

Para o senador, a decisão da Executiva do PT nacional “foi letal à confiança na relação que se estabeleceu nesta Casa, durante os quatro anos que se passaram, entre PT e PDT”. Rocha disse que esperava a neutralidade do PT nacional nas eleições do Amapá e revelou que conversou várias vezes sobre o assunto com o presidente do PT, José Dirceu, e com o candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros dirigentes petistas.

— O PDT do Amapá entrou na cota de sacrifício como mecanismo de compensação para a intervenção em favor do PDT do Rio de Janeiro e a acomodação do governador Miguel Arraes na aliança nacional — acusou o senador.

Rocha também protestou contra a forma como o PT apoiou o governador Capiberibe.

— Lideranças petistas, algumas com excessiva arrogância, como o governador eleito do Acre, Jorge Viana, foram ao Amapá nos insultar e, de forma acintosa, nos agredir. Ao senhor Jorge Viana faltou a cautela peculiar aos grandes líderes, de se mirar na história das pessoas antes de atacá-las. A direção

nacional do PT preferiu, na relação com o PDT, massacrar os mais fracos, do seu ponto de vista, é claro — disse o senador.

Rocha lembrou que assinou há pouco tempo o requerimento de iniciativa do senador Ademir Andrade (PSB-PA) para a instalação da CPI das Pesquisas Eleitorais, e observou:

— Para que a CPI tenha êxito, é preciso que todos os estados sejam investigados. O Ibope, quatro dias antes da eleição, permitiu a publicação, apenas para o Amapá, de pesquisa que atribuía 61% para Capiberibe e 33% para Waldez. Ouvindo por minha assessoria, o senhor Montenegro, presidente do Ibope, confirmou a pesquisa e o resultado vergonhoso. Dados finais da eleição: Capiberibe, 53,5%, Waldez, 46,5%.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) destacou o desempenho de Sebastião Rocha no Bloco Oposição, além da lealdade nas votações. Dutra disse que a CPI das Pesquisas não é apenas para determinados institutos de pesquisa em determinados estados.

— O objetivo é apurar todos os estados, para que se investigue a possível manipulação da vontade do eleitor — afirmou.

Em relação à participação do PT do Amapá, Dutra discordou da afirmação de Sebastião Rocha de que houve um “massacre” do PDT, e afirmou que a intervenção do Diretório Nacional foi tão legítima quanto a ocorrida no Rio de Janeiro.

— Naquele momento, o mais importante era manter a aliança nacional em torno da candidatura de Lula — disse.

Para Dutra, se houve discriminação no Amapá, esta foi do PDT, que não levou a questão, juntamente com a do Rio de Janeiro, para a discussão nacional.

A senadora Marina Silva (PT-AC) elogiou a atuação de Rocha no Bloco Oposição, mas viu com estranheza a afirmação de que o governador eleito do Acre, Jorge Viana, teria ofendido e agredido o PDT do Amapá.